

**11/11/1984**

**O pesadelo do 'bóia-fria' chega com a entressafra**

SÃO PAULO — A partir da próxima quinta-feira, quando termina a moagem de cana na maioria das 21 usinas de açúcar e álcool na Região de Ribeirão Preto — o maior centro produtor de açúcar do País — 17.500 trabalhadores ficarão desempregados. Em janeiro, na entressafra da laranja, o mesmo ocorrerá com 8.000 apanhadores de laranja, na Região de Bebedouro.

O aumento do desemprego entre os trabalhadores volantes rurais ("bóias-frias") no período de entressafra das principais culturas agrícolas, problema agravado este ano pela seca que já dura 60 dias em algumas áreas, está sendo encarado como grave problema social pelo Governo do Estado e pelas lideranças sindicais.

As autoridades ainda têm viva na lembrança as depredações, violência e saques praticados por "bóias-frias" há um ano, na entressafra de 83/ 84, nas cidades de Barrinha e Guariba. A partir de então, os trabalhadores do campo emergiram como força política, obtendo assinatura do histórico acordo salarial de Guariba, o primeiro firmado entre empregadores e empregados na agricultura.

— A data-base para o acordo salarial entre empregadores e apanhadores de laranja foi marcado para maio e novembro, e estamos tentando conseguir um acordo mais intercalado para os cortadores de cana, de acordo com o custo de vida, explicou o Secretário do Trabalho, Almir Pazzianotto.

Articulador de vários acordos trabalhistas firmados entre empregadores e empregados nas cidades vizinhas a Ribeirão Preto (Sertãozinho tem 86 mil "bóias-frias", mais da metade dos existentes em toda região de Ribeirão Preto), Pazzianotto, admite que a falta de unificação política dos trabalhadores dificulta o cumprimento da lei.

— Os acordos foram pulverizados por sindicatos e municípios, acrescentou. Em relatório enviado ao Governador Montoro, a Fundação observa que "sob alegação de que os trabalhadores desempenham atividades por empreitada ou subordinados a intermediário comprador da força de trabalho, os empregadores afirmam não se sentirem obrigados ao cumprimento da Lei".

**(Página 35 — ECONOMIA)**